



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Diretoria de Recursos Humanos

Secretaria de Gestão de Pessoas

Seleção Pública para Estagiários de Cursos Superiores

CADERNO DE PROVA

Dia: 25 de outubro de 2009.

Prova: Serviço social

Prezado Candidato, seja bem vindo.

Leia com atenção:

01. Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais de sala.
02. Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo.
03. Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões.
04. Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa correta.
05. Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois transfira os resultados para a Folha de Respostas.
06. Confira também na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos.
07. Para marcar a folha de Respostas utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta. A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese ela será substituída.
08. Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo.
09. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Boa Sorte!

A Comissão.

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

ASSINATURA: _____

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A consagração dos direitos do homem e do cidadão

A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem historicamente com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII – chamado Século das Luzes–, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente, a liberdade de ir e vir, de pensamento, de religião, da reunião, pessoal e econômica, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade. A concepção moderna de cidadania surge então, quando a ruptura com o *Ancien Régime*, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”.

O conceito de cidadania, entretanto, tem sido freqüentemente apresentado de uma forma vaga e imprecisa. Uns identificam-na com a perda ou aquisição de nacionalidade, outros, com os direitos políticos de votar e ser votado. No Direito Constitucional, aparece o conceito, comumente relacionado à nacionalidade, aos direitos políticos. Já na Teoria Geral do Estado, aparece ligado ao elemento povo como integrante do conceito de Estado. Dessa forma, fácil perceber que, no discurso político dominante, a cidadania não apresenta um estatuto próprio pois na medida em que se relaciona a estes três elementos (nacionalidade, direitos políticos e povo), apresenta-se como algo ainda indefinido.

A famosa *Déclaration des Droits de l'homme et du Citoyen*, de 1789, sob a influência do discurso burguês, cindiu os direitos do “homem” e do “cidadão”, passando a expressão Direitos do Cidadão significar o conjunto dos direitos políticos de votar e ser votado, como institutos essenciais à democracia representativa.

[...]

A idéia de cidadão, que, na antiguidade clássica, cotava o habitante da cidade –o cidadão– firma-se, então como querendo significar aquele indivíduo a quem se atribuem os direitos políticos, quer dizer, o direito de participar ativamente na vida política do Estado, onde vive. Na carta de 1824, por exemplo, falava-se nos arts. 6º e 7º, em cidadãos brasileiros como querendo significar o nacional, ao passo que nos arts. 90 e 91 o termo cidadão aparece designando aquele que pode votar e ser votado. Estes últimos eram chamados de cidadãos ativos, posto que gozavam de direitos políticos. Aqueles, por sua vez, pertenciam à classe dos cidadãos inativos, destituídos dos direitos de eleger e ser eleito. Faziam parte, nas palavras de José Afonso da Silva, de uma “cidadania amorfa”, posto que

abstratos e alheios a toda uma realidade sociológica, sem referência política.

[...]

Esta idéia, entretanto, vai sendo gradativamente modificada, quando do início do processo de internacionalização dos direitos humanos, iniciado com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Passa-se a considerar como cidadãos, a partir daí, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas todos aqueles que habitam o âmbito da soberania de um Estado e deste Estado recebem uma carga de direitos (civis, econômicos e culturais) e também deveres, dos mais variados.

[...]

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto> acessado em:31/8/09

Para responder às questões, observe o texto:

1. Atente para as seguintes afirmações:

- I- O Século das Luzes, a que se refere o texto, serviu como um renascer para a humanidade no que condiz à ciência, às artes, e às letras.
- II- Pelo contexto, infere-se que houve, em relação ao medievalismo, uma ruptura, quando então no século XVIII, adveio o conceito de cidadania.
- III- No referido século, o homem passou a ser valorizado em sentido amplo, tendo sido disseminadas todas as diferenças sociais até então existentes.
- IV- Com a burguesia reinando no século XVIII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão passou a reunir tais direitos em um conceito individualizante.
- V- Enfocando-se os direitos do cidadão, à luz da burguesia, como conjunto de direitos políticos de votar e ser votado surgem princípios essenciais de uma democracia representativa.

Estão corretas apenas as afirmações da alternativa:

- a) I, II, III IV e V
- b) I, II, III e IV
- c) I, II, IV e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

2. Considere as alternativas abaixo:

- I- A primeira manifestação de cidadania está inclusa na base no conceito de democracia representativa.
- II- No início do Estado Liberal, a idéia de cidadania era reduzida, pelo discurso jurídico, ao conjunto dos que adquiriam os direitos políticos.

- III- Por cidadãos ativos, na carta de 1824, eram considerados somente aqueles que podiam votar, omitindo-se estes, no entanto, a emitir juízos de valor.
- IV- Os cidadãos inativos eram os que integravam uma realidade sociológica, atuando moderadamente com direitos assegurados, sobretudo de serem eleitos.
- V- Apenas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos é que se amplia o conceito de cidadão, passando a ser não apenas os habitantes de um Estado, mas possuidores de direitos e de deveres.

Estão corretas apenas:

- a) I, II, III e IV
- b) I, II e V
- c) I, III e V
- d) II, III, IV e V
- e) II, III e IV

3. Em relação ao texto:

- I- Todo o texto gira em torno de um mesmo tema, em uma abordagem histórica bem construída.
- II- Infere-se que a evolução do termo cidadania vem em um crescendo desde a antiguidade clássica até o século XX.
- III- Sempre o conceito de cidadão suscitou dúvidas, pois houve uma cisão entre a duplicidade de enfoque para “homem” e para “cidadão”.
- IV- O texto evoca momentos da Revolução Francesa, não apenas em relação à data, mas também pelos indícios da ascensão da burguesia ao poder.
- V- Em “Firme-se, então...” e “... a quem se atribuem os...” os vocábulos sublinhados possuem valores semânticos, sintáticos e morfológicos díspares, no entanto ambos são exemplos de ênclise.

Estão corretas apenas as alternativas do item:

- a) I, II, III e V
- b) II, III e V
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV
- e) I, II e IV

4. Todas as alternativas estão corretas quanto ao texto, à exceção de:

- a) A variedade lingüística empregada é a formal por seguir as normas fonéticas, morfológicas e sintáticas, havendo predominância de conotação.

- b) Trata-se de um texto incluso no tipo dissertativo expositivo, em que há abordagens intertextualizadas.
- c) Em relação aos sinais de pontuação, inexistem falhas, inclusive quanto ao emprego de travessões e de reticências.
- d) “Esta idéia...”, o termo sublinhado retoma o que foi estipulado no parágrafo anterior, sendo elemento coesivo bem empregado, constituindo uma retomada pronominal.
- e) “Os direitos do “homem” e do “cidadão”...”, pluralizando –se os termos sublinhados e pondo-os no feminino, existe apenas uma possibilidade de fazê-lo, seguindo as normas gramaticais: “ Os direitos das” mulheres” e das “cidadãs”...”.

5. Existe falha em uma das alternativas, assinale-a:

- a) “...cindiou os direitos do “homem”...”, transformando-se em...”separou os direitos do “homem”...” o sentido não será alterado.
- b) No primeiro parágrafo, há exemplo do chamado presente histórico, por haver uma abordagem passada com elementos verbais no presente.
- c) Em “...ao passo que a expressão “Direitos do Cidadão significaria...” existe um elemento coesivo que possui uma relação de concessão.
- d) No terceiro parágrafo, existem elementos verbais, indicativos de ação completa, incompleta e ainda hipotética.
- e) Em”...levando-se em conta a sua visão...”, há uma forma verbal chamada nominal e um termo com valor restritivo e de posse.

TEXTO 2

O desafio da inclusão social no Brasil

Até há pouco tempo, o debate sobre a inclusão social, sobre combate à pobreza e à fome, era tema circunscrito e as iniciativas na área, praticamente exclusividade dos movimentos sociais. Felizmente, o cenário mudou porque o tema envolve as mais diferentes esferas governamentais e não governamentais e, principalmente, é questão central e objeto de política pública do governo federal. Se antes a sociedade civil se organizava como podia para implementar, graças aos homens e mulheres de boa vontade desse país, ações de apoio à população carente, hoje contam com a coordenação do Estado que assume o compromisso de formulação de políticas para o setor e, democraticamente, busca na sociedade o apoio para formulação de parcerias estratégicas e duradouras.

Não há como ser diferente. A sociedade tem e sempre teve um papel fundamental nas conquistas sociais da nossa gente. A própria incorporação das políticas de inclusão social como prioridade de governo é resultado da mobilização e organização da sociedade que definiu sua opção pela promoção dos mais pobres e isso está expresso na Constituição Federal de 1988. Graças a isso, podemos construir hoje uma rede de proteção social com base em políticas normatizadas. A solidariedade social, historicamente, é anunciadora do bem comum. Entretanto devemos ter sempre em vista que a parceria do Estado com a sociedade tem de apontar na linha de políticas públicas e buscar ações continuadas.

[...]

Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto pensando na dimensão que assume a questão de inclusão nos dias de hoje. Que tipo de exclusão enfrentamos? A exclusão econômica e social deve ser compreendida como a face mais conhecida de uma situação que tem outros desdobramentos – temos a exclusão cultural, do saber, o problema de desenraizamento, a quebra de vínculos familiares e comunitários, a perda de referências a partir da quebra de um paradigma social. Compreender essa multiplicidade do problema é o primeiro passo para que possamos compreender a dimensão de nosso campo de ação, reconhecendo nossas possibilidades, nossas responsabilidades de nossos desafios.

[...]

Anannias, Petrus . mds.gov.br acessado em: 01/09/09

6. Considere as afirmações abaixo:

- I- Observando o texto 1 e comparando-se com o 2, podemos inferir que este parece dar continuidade ao exposto naquele, pois existe uma abordagem em que se buscam dirimir as diferenças.
- II- O problema de inclusão social é um desafio que vem sendo enfrentado por alguns setores governamentais.
- III- Com a Constituição de 1988, o setor social adquiriu maior enfoque, daí haver hoje uma rede de proteção social, embasada em políticas legais.
- IV- Existe uma inferência de se objetivar sempre uma ação continuada em relação às políticas públicas inclusivas sempre em parceria Estado com a sociedade.
- V- A política inclusiva objetiva geração de trabalho e renda, estímulo ao cooperativismo e demais políticas que visem à independência do indivíduo.

Apenas estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II, III, IV e V
- c) I, II, III, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, III e V

7. “Cabe ainda a todos, Estado e Sociedade, trabalharem em conjunto...” Observe a forma verbal sublinhada e identifique a única alternativa em que a flexão de idêntico modo é inadequada:

- a) Os jovens vivem a sorrir porque sentem o fervilhar, a expressão, o vigor dos verdes anos.
- b) Às vezes, algumas pessoas que se dizem filantropos, parecem apenas viverem de explorar indivíduos em seus tugúrios.
- c) Muitas crianças as vimos crescer em sabedoria e em beleza até o presente, dignificando seus vínculos familiares.
- d) Para muitos viverem bem, seria necessária uma visão altruísta da existência a fim de se firmarem em seus ideais.
- e) Deixá-los-emos comprar apenas o imprescindível para suas premências alimentares e higiênicas.

8. Identifique a alternativa em que a justificativa sobre o explicitado esteja incorreta:

- a) Em “...combate à pobreza e à fome...” o acento indicativo de crase foi posto pela mesma razão do existente em “ A adequação à vida é uma questão de saber ultrapassar obstáculos.”
- b) “Não há como ser diferente.” O verbo “Haver” possui idêntico sentido na oração: “Há muito tempo que vivemos em uma fuga constante de nosso ego.”
- c) “...com a coordenação do Estado que assume...” pondo-se “coordenadores” em vez de “coordenação” e “quem “ em lugar de “que”, ter-se-ão duas possibilidades de concordância “ quem assume” e “ quem assumem”.
- d) “...organizava como podia...” trocando-se “como” por “ conforme” não há nenhuma alteração de sentido.
- e) Pode-se afirmar que o texto é dissertativo e injuntivo, uma vez que nos incita a encetarmos um trabalho em uma ação conjunta, objetivando aumentar o índice de inclusão social.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS

9. A sigla BRIC encontra-se cada vez mais presente nos meios de comunicações da atualidade, ela refere-se a quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China que ganham influência econômica e política no mundo de hoje. Sobre os mesmos não é válido afirmar:

- a) São consideradas economias emergentes e também são chamados de novos países industrializados.
- b) Suas economias recebem fortes investimentos externos e já apresentam considerável industrialização.
- c) São bastante semelhantes em aspectos como: mão de obra abundante e significativas reservas de recursos naturais.
- d) São estruturas tecnológicas avançadas que têm superado os produtores tradicionais de tecnologia.
- e) Esses países apresentam uma expansão econômica, convivendo com estruturas sociais econômicas arcaicas e com o agravamento das condições de vida nas suas cidades.

10. As notícias da imprensa têm feito insistentes referências à camada do pré-sal, gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, existente na costa brasileira. Sobre a localização desta importante região, assinale a alternativa correta:

- a) Região litorânea situada entre os estados de Santa Catarina e o Espírito Santo.
- b) Região litorânea situada entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.
- c) Região litorânea situada entre os estados da Bahia e Rio de Janeiro.
- d) Toda bacia litorânea brasileira.
- e) Região litorânea entre Rio Grande do Sul e Bahia

11. Falar de ética é algo cada vez mais obrigatório no mundo globalizado de hoje. Quando assistimos à sociedade dilacerada, por ações cada vez mais violentas expressas na corrupção política, assassinatos hediondos, agressões ao meio ambiente, uso de drogas, que apontam para a destruição do ser humano, cada vez mais sentimos a necessidade de nos refugiarmos em ideais éticos. Em função do que acontece de desastroso, a humanidade precisa ter suas condutas orientadas por normas e princípios que levem em conta o homem, a sociedade e o planeta. Por isso, assinale a alternativa

correta que representa uma reflexão compatível sobre a questão ética:

- a) O homem é um ser plenamente biológico e a cultura é um fenômeno que só se verifica nos dias de hoje e nas sociedades mais complexas.
- b) A ética é uma preocupação da ciência filosófica e reflete sobre as questões de natureza religiosa.
- c) O homem é um ser cultural, mas só se realiza exercendo plenamente todas as suas faculdades físicas e biológicas.
- d) Ética caminha, nos dias atuais, paralelamente ao conceito de cidadania. Ela pensa o conjunto de virtudes como necessidade humana e como fenômeno cultural, isso porque o ser humano se realiza plenamente pela cultura e na cultura.
- e) A ética consiste num conjunto de ações indispensáveis à reprodução biológica do homem e exprime, principalmente, as questões das relações homem e natureza.

12. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve atrelado à noção de direitos, mas dentro de uma democracia, a própria definição pressupõe a contrapartida de deveres, isto porque:

- a) Numa coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade.
- b) O direito de votar, para escolher os governantes e representantes, constitui-se no maior de todos os direitos cívicos.
- c) O direito de proteger o patrimônio comunitário e colaborar com as autoridades é direito inalienável de todo cidadão.
- d) O direito de prover o seu sustento com seu trabalho e respeitar os deveres sociais de outras pessoas é o maior dos direitos do homem.
- e) O direito de educar e proteger nossos semelhantes e proteger a natureza é direito inalienável.

13. **As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes que se seguem apresentadas nas alternativas abaixo, exceto:**
- Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
 - Atendimento integral, priorizando-se as atividades preventivas.
 - Efetiva participação da comunidade através de suas diversas formas de organizações e ações.
 - Ações realizadas por serviços assistenciais organizados pelo Estado.
 - Centralização de ações pelos órgãos da União via Ministério da Saúde.
14. **O artigo 199 da Constituição Brasileira garante, à iniciativa privada, a organização da assistência da saúde, mas sobre sua relação com o sistema público de saúde, assinale a afirmação incorreta**
- As instituições privadas participarão de forma complementar.
 - As instituições privadas participarão do sistema público de saúde mediante contrato de direito público ou convênio.
 - As instituições privadas, com fins lucrativos, não poderão ter acesso a recursos públicos.
 - A Constituição proíbe que empresas de capitais estrangeiros participem na assistência médica no país, salvo em situações previstas em lei.
 - É lícita e livre a participação dos grupos de saúde privados no planejamento das ações públicas de saúde.
15. **A propósito do acesso aos programas de saúde pública pode-se identificar como afirmação incompatível qual letra abaixo?**
- Baseia-se na igualdade e universalidade do atendimento.
 - Todos os cidadãos têm garantia de assistência de saúde, e de forma igual.
 - Para se ter acesso aos serviços de saúde pública, pressupõe que o cidadão tenha feito contribuições.
 - O atendimento público à saúde deve ser gratuito.
 - O atendimento à saúde pública deve ocorrer sem que haja qualquer tipo de contribuição.
16. **A Previdência Social, em seus princípios e diretrizes, assinala que o acesso aos seus planos é universal tendo em vista qual argumento abaixo, a seguir: Assinale a correta.**
- Em qualquer lugar do país se pode ter acesso até mesmo onde não haja condição de um recolhimento efetivo.
 - É universal no sentido de que qualquer pessoa poderá ter acesso, desde que seja contribuinte, dessa forma, ajudando a manter o sistema.
 - É um direito para aqueles que necessitam de uma efetiva contribuição previdenciária face aos problemas de saúde.
 - É universal porque todos os brasileiros de todas as idades são obrigados à contribuição previdenciária.
 - É praticamente mantida pelas contribuições recolhidas dos trabalhadores das grandes empresas.
17. **A previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção pelos motivos que se seguem, exceto:**
- Incapacidade laboral comprovada.
 - Idade avançada e tempo de serviço.
 - Desemprego involuntário do contribuinte.
 - Aqueles dependentes economicamente dos contribuintes.
 - Exclusivamente aqueles com idade superior a 65 anos.
18. **Leia o que se segue e responda à questão: Diz o artigo 205 da Constituição. “A Educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.**
- A partir da leitura da Carta Magna, qual das frases abaixo encontra-se incompatível com o espírito desse artigo constitucional.**
- A educação é um direito de todos e nos permite entender que também visa à qualificação para o trabalho.
 - A educação é dever do Estado, mesmo que a família e a sociedade se omitam de tal obrigação.
 - A educação é, também, obrigação da família e deve ser estimulada pela sociedade.

- d) A educação deve ser uma ação visando ao preparo para a cidadania, aí constando a preparação para o trabalho.
- e) Entende-se que o pleno desenvolvimento da pessoa ocorre com preparo para a cidadania e a qualificação para o exercício da atividade laboral.

disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral.

- III - Funciona como espaço cultural do Poder Judiciário pernambucano na medida em que tem local reservado para exposições de arte e eventos relacionados com cultura.
- IV – Tem função jurisdicional, pois também julga processos de pequeno valor.

19. Pensar a formação do cidadão na sociedade de hoje que apresenta profundas transformações, não pode ignorar a educação voltada para valorização de uma consciência de preservação do meio ambiente e de uma utilização racional das potencialidades da natureza, por isso uma ética atual deve ter como objetivo desenvolver hábitos visando: Assinale a Alternativa inválida.

- a) A compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas áreas rurais e urbanas.
- b) Estimular uma educação dirigida à possibilidade de aquisição de conhecimentos no sentido dos valores, o interesse pessoal ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.
- c) Estimular novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade a respeito do meio ambiente.
- d) Estimular uma educação voltada para plena utilização das potencialidades da natureza, permitindo uma constante aceleração dos ganhos de produtividade, o grande indicador do desenvolvimento harmonioso, pretendido pela humanidade, sendo esse o caminho que permitirá a preservação do meio ambiente na sua plenitude.
- e) Estimular uma educação de respeito à natureza, utilização na produção econômica de recursos renováveis, utilização de novos materiais e novas formas de tratar e utilizar o lixo.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

21. Sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I - É um órgão do Poder Judiciário.
- II - É um órgão do Poder Legislativo.
- III- É um órgão do Poder Judiciário, porém vinculado ao Poder Executivo.
- IV- Tem sede na cidade do Recife e jurisdição em todo o território estadual.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

22. Ainda sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – É constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo vedada a reeleição.
- II - Constituído por 39 (trinta e nove) desembargadores e composto por uma Mesa Diretora, eleita para o mandato de dois anos, recaindo a escolha, por ordem de Antiguidade, dentre os desembargadores da Corte Especial que ainda não tenham exercido estes cargos, sendo permitida uma reeleição.
- III - A mesa diretora do TJPE, atual, é composta pelos seguintes desembargadores: Des. Jones Figueirêdo Alves – Presidente; Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes Vice-

20. O Memorial da Justiça é o centro de documentação do Poder Judiciário pernambucano. Assim, dentre as alternativas abaixo, quais das afirmativas estão corretas:

- I - O Memorial Integra a Diretoria de Documentação Judiciária, ligada à Secretaria Judiciária, desenvolvendo trabalhos na área de museu e arquivo.
- II- Tem como função principal guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a

Presidente; Des. José Fernandes de Lemos –
Corregedor Geral.

IV - Possui uma Corte Especial, composta por 15
Desembargadores, onde 8 são os
desembargadores de maior antiguidade e 7
são eleitos pelo Tribunal Pleno do Tribunal de
Justiça de Pernambuco.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

23. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

- I – Tem como função típica a jurisdicional.
- II – Exerce funções atípicas de natureza executiva.
- III – Jamais poderá exercer funções de natureza legislativa, mesmo que de forma atípica.
- IV – Exerce funções atípicas de natureza legislativa.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

PROVA: SERVIÇO SOCIAL

24. Assinale a única alternativa incorreta.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - dispõe sobre a organização da Assistência Social e estabelece objetivos. Os objetivos da Assistência Social expostos na referida Lei, dispostos no seu art. 2º são:

- a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) O amparo às crianças e a adolescentes carentes.
- c) A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) A garantia de ½ (meio) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

25. Assinale a única alternativa incorreta.

São princípios da Assistência Social previstos na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993:

- a) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- b) Respeito à mulher, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e a serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- c) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- d) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- e) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

26. Marque a única alternativa correta quanto à competência dos municípios, determinada pela Lei Orgânica da Assistência Social, disposto no seu art. 15:

- a) Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
- b) Prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços,

desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado.

- c) Apoiar técnica e, financeiramente, os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local.
- d) Apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional.
- e) Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada, definidos no art. 203 da Constituição Federal.

27. Ficou instituído pela LOAS o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), definido no seu art. 17 como: órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período. Observe algumas afirmações sobre o CNAS:

- I- O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes.
- II – Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social aprovar a Política nacional da Assistência Social.
- III- Convocar ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
- IV- Divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

São corretas apenas as afirmações:

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II e III.

28. O Benefício de Prestação Continuada de que trata a LOAS no seu art. 20 prevê que:

- I- O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

- II- Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.
- III- A situação de internado prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.
- IV- Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1 (um) salário mínimo.

São corretas apenas as afirmações:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I e II.
- d) I e IV.
- e) II e III.

29. Assinale a única alternativa incorreta. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A garantia desta prioridade que trata a Lei nº 10.741 no seu art. 3 compreende:

- a) Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso.
- c) Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações.
- d) Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos.
- e) Priorização do atendimento do idoso em atendimento asilar aos que possuem sua própria família.

30. Assinale a alternativa correta para o que dispõe o art. 6 do Estatuto do Idoso:

- a) Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.
- b) O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e

facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

- c) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção, um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.
- d) Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- e) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa, a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

31. Reconheça as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F) relativas ao Estatuto do Idoso e marque a alternativa correta correspondente a seqüência.

() É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

() Ao idoso internado ou em observação, é assegurado o direito à acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

() O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos: faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; prática de esportes e de diversões; participação na vida familiar e comunitária; participação na vida política, na forma da lei; faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, F, F.
- d) F, V, F.
- e) V, V, F.

32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. Segundo o Estatuto do Idoso sobre esta questão, estão previstos alguns fatores a serem observados. Assinale a alternativa incorreta sobre esta questão.

- a) Implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso.
- b) Reserva de 5% (cinco por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos.
- c) Eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso.
- d) Critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

33. Sobre a questão de transporte previsto no Estatuto do Idoso, pode-se afirmar que:

- I- Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
- II- No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.
- III- No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica o desconto de 80% (oitenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

É(São) correta(s) apenas a(s) afirmação(ões):

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) III.

34. A política de atendimento ao Idoso, no Estatuto, far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São linhas de ação da política de atendimento:

- I- Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- II- Serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência.
- III- Políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.
- IV- Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.

Estão corretas apenas as afirmações:

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, III e IV.

35. Assinale a alternativa correta. O art. 106 do Estatuto do Idoso determina que induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente é crime, cuja pena é estabelecida de:

- a) Detenção de 1 (um) a 3 (três) anos de multa.
- b) Detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.
- c) Reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
- d) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.
- e) Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

36. Assinale a única alternativa incorreta. São princípios fundamentais norteadores do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais instituído pela Resolução CFESS N.º 273/93 DE 13 março de 1993:

- a) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- b) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- c) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero.
- d) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- e) Defesa do aprofundamento da autocracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

37. Segundo o Código de Ética Profissional, não é dever do Assistente Social expresso no título II dos direitos e responsabilidades gerais:

- a) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
- b) Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

- c) Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- d) Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
- e) Abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.

38. Assinale a única alternativa incorreta quanto aos deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:

- a) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
- b) Bloquear o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas instituições.
- c) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
- d) Esclarecer aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.
- e) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.

39. Assinale a única alternativa correta quanto aos deveres do Assistente Social em sua relação com outros profissionais, segundo o Código de Ética profissional:

- a) Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- b) Apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.
- c) Respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.
- d) Denunciar, ao Conselho Regional, as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- e) Participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção de conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.

40. Assinale a alternativa correta, que retrata o disposto no art. 18 do Código de Ética relativo ao sigilo profissional:

- a) Constitui direito do assistente social manter, parcialmente, o sigilo profissional.
- b) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.
- c) É vedado, ao assistente social, revelar sigilo profissional.
- d) O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.
- e) É vedado, ao assistente social, depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.

41. A Lei nº 8.069 de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. São linhas de ação da política de atendimento:

- I- Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.
- II- Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- III- Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- IV- A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta lei, sendo proibido qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz.

Estão **corretas** apenas as afirmações:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III e IV.
- e) I e II.

42. Assinale a afirmação incorreta quanto aos princípios adotados pelas entidades em atendimento à criança e ao adolescente no desenvolvimento de programas em abrigo previsto no ECA.

- a) Preservação dos vínculos familiares.
- b) Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- c) Não-desmembramento de grupos de irmãos.
- d) Preparação gradativa para o desligamento.
- e) Providenciar sistematicamente a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.

43. São medidas sócio-educativas estabelecidas no art. 112 do ECA:

- I- Obrigação de reparar o dano.
- II- Liberdade assistida.
- III- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- IV- Colocação em família substituta.

É (São) incorreta (s) apenas a(s) afirmação (ões):

- a) I e II.
- b) III.
- c) IV.
- d) II e III.
- e) III e IV.

44. Assinale a alternativa incorreta quanto às atribuições do Conselho Tutelar previstas no art. 136 do ECA:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- c) Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- d) Suspensão ou destituição do pátrio poder.
- e) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

45. Assinale a alternativa incorreta quanto às competências do Ministério Público previstas no art.201 do ECA:

- a) Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

- b) Instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- c) Impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao Adolescente.
- d) Requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.
- e) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou a adolescente.

46. Assinale a alternativa correta. A definição do objeto do Serviço Social, cujo reflexo se encontra na questão social, foi assim categorizado em 1997:

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Esta definição está expressa na obra de:

- a) Vera da Silva Teles.
- b) Antônio Geraldo de Aguiar.
- c) José Paulo Neto.
- d) Maria Lúcia Barroco.
- e) Marilda Vilela Iamamoto.

47. Assinale a afirmativa incorreta sobre a questão social entendida a partir do pensamento de IAMAMOTO E CARVALHO abaixo descrito:

“A ‘*questão social*’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no

cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão”.

- a) A questão social emergiu em meados do séc XIX, quando a classe operária vai-se impondo enquanto ator político reivindicando soluções para os problemas como a pobreza, fome, condições de habitação, degradação do espaço urbano entre outras.
- b) As demandas sociais presentes, neste cenário, vão sendo transformadas em demandas políticas coletivas e organizadas.
- c) Os intelectuais burgueses nunca tentaram mascarar a existência da luta operária e da possibilidade concreta da revolução socialista.
- d) No plano político, muitas reformas sociais e políticas foram concretizadas, reformas estas conquistadas como resultado da luta dos trabalhadores e não meramente concessão da classe burguesa.
- e) Até 1844, Marx e Engels usaram o termo “questão social” em seus livros: Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social e A situação da classe operária na Inglaterra, respectivamente, para descrever o pauperismo da classe trabalhadora.

48. Reconheça as afirmativas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F) relativas à questão social e marque a alternativa correta correspondente a seqüência.

() A “antiga” questão social é tida como produto de período histórico da modernidade da sociedade industrial clássica enquanto que a “nova” questão social está ligada à sociedade pós-industrial e pós-moderna.

() Pierre Rosanvallon (1998) identifica a nova “questão social” com o desemprego estrutural e as novas manifestações da pobreza e miséria, sem explicitar suas raízes históricas no conflito capital-trabalho.

() A nova questão social está inserida numa nova lógica capitalista de vulnerabilidade social das massas e de exclusão dos seres humanos dos processos de trabalho

() A desigualdade social e econômica no Brasil pode ser considerada de nível baixo, não existindo a problemática da questão social nos dias atuais.

- a) V, F, V, V.
- b) V, V, V, F.
- c) F, V, F, F.
- d) F, F, F, V.
- e) F, V, F, V.

49. Assinale a alternativa incorreta quanto aos determinantes fundamentais da questão social postos na sociedade atual:

- a) Os modelos dominantes de regulação das relações econômicas contribuem para a situação de miséria, pobreza e exclusão.
- b) As mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho colaboram para a produção e reprodução das desigualdades sociais.
- c) As mudanças atuais na gestão do Estado caminham para eliminação das injustiças sociais.
- d) As tensões e conflitos existentes a partir da luta social e política através da correlação de forças de novos sujeitos emergentes na contemporaneidade é o resultado ao enfrentamento à questão social, centrada na diminuição das desigualdades econômicas e sociais.
- e) A questão social na sua contra-face faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população.

50. Assinale a alternativa correta. Sobre a questão social e seu enfrentamento no Brasil nos dias atuais, diz o autor(a):

“O enfrentamento da questão social do país é sempre estreitamente vinculado à modernidade atribuída às nossas elites políticas e por conseqüência ao Estado brasileiro, que regula e legitima segundo seus próprios interesses, preservando assim, sempre “por antecipação” a ordem social vigente”.

Esta definição está expressa na obra de:

- a) Amélia Cohn.
- b) Octávio Ianni .
- c) Sônia Fleury.
- d) Norberto Bobbio.
- e) Max Weber.